



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

**Comarca de Limoeiro do Norte**

**1ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro do Norte**

Rua João Maria de Freitas, nº 1147, João XXIII - CEP 62930-000, Fone: (88) 3423-1528, Limoeiro Do Norte-CE -

E-mail: limoeiro.1civel@tjce.jus.br

---

**SENTENÇA**

Processo nº: **3000049-88.2023.8.06.0115**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)**

Assunto: **[Fraldas, Fornecimento de insumos]**

Requerente: **REQUERENTE: FRANCISCO ARIMAR MENDES DE FREITAS, MARIA ROSINEIDE DA SILVA FREITAS**

Requerido: **REQUERIDO: ESTADO DO CEARÁ, MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE, SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ**

**FRANCISCO ARIMAR MENDES DE FREITAS** ajuizou **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face do **ESTADO DO CEARÁ e MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE**, partes qualificadas.

Irresignado com a sentença proferida nos autos, o Município requerido opôs embargos de declaração ao argumento de que a decisão é omissa/contraditória, razão pela qual deve ser saneada.

Vieram os autos conclusos.

**É o relatório. Decido.**

Reconhecida a tempestividade dos Embargos de Declaração opostos, Id 69246886, passo à análise.

As características intrínsecas dos embargos de declaração estão delineadas no artigo 1.022 do Código de Processo Civil - CPC, quais sejam: suprir omissão, eliminar contradição ou aclarar obscuridade, na sentença ou no acórdão, bem como corrigir hipótese de erro material.



Nesse sentido, veja:

*“Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:*

*I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;*

*II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;*

*III – corrigir erro material.*

*Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:*

*I – deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;*

*II – incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.”*

Da análise dos autos, em que pese os argumentos do embargante, não vislumbro quaisquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão objurgada.

Como se observa, a sentença de Id 60820453 foi suficientemente fundamentada, levando-se a concluir que o embargante almeja, na verdade, adversar o julgado para outros fins, com nova discussão da matéria e a consequente reforma e/ou anulação desta decisão.

No entanto, o juiz não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, porquanto só possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida.

Outrossim, quanto à valoração da prova por este juízo, não se pode deixar de mencionar que a função dos embargos de declaração não é modificar o conteúdo da sentença impugnada, com reversão da sucumbência, diante do princípio processual da taxatividade recursal.

Nessa esteira colaciono jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

**“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO DA PARTE EXECUTADA. INEXISTÊNCIA. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA EM SEDE DE EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 18 DO TJ/CE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1 – Trata-se de Embargos de Declaração com finalidade de sanar vício de omissão e obscuridade no acórdão de fls. 91/98, opostos por DB Medicina Diagnóstica Ltda, sendo embargada Paula Eveline de Araújo. 2 – Em análise acurada aos autos, constata-se que não há qualquer mácula a ser sanada, haja vista o acórdão ter apreciado minuciosamente os elementos que ensejaram o não conhecimento do agravo de instrumento. 3 – Pretensão da embargante em reexaminar**



a controvérsia, configurando-se a inadequação da via recursal eleita, conforme preceitua a Súmula nº 18 deste Tribunal: **"São indevidos embargos de declaração que tem por única finalidade o reexame da controvérsia jurídica já apreciada."** 4 – Recurso conhecido e improvido. Decisão vergastada mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do relatório e do voto da relatora que passam a fazer parte integrante do presente acórdão. Fortaleza, 16 de novembro de 2021. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Desembargadora Relatora (TJ-CE - EMBDECCV: 06290943820198060000 CE 0629094-38.2019.8.06.0000, Relator: MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, Data de Julgamento: 16/11/2021, 4ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 16/11/2021)

Desta feita, a toda evidência, não há nenhum vício a ser sanado, versando os embargos sobre matéria dissociada do previsto no artigo 1.022 do CPC.

No caso em apreço, portanto, não havendo omissão/obscuridade a ser esclarecida, deve o embargante valer-se do recurso apropriado, já que a pretensão almejada visa à modificação da sentença, a qual mantenho intocada.

Assim, ausente qualquer das possibilidades de acolhimento dos embargos, a rejeição é medida que se impõe.

É o quanto basta.

Isso Posto, **CONHEÇO** dos Embargos de Declaração, uma vez que reconhecidos como tempestivos, porém **REJEITO-OS** pelos fatos e fundamentos acima expostos.

Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso, motivo pelo qual devolvo ao embargante o prazo para, querendo, recorrer da sentença embargada, o que faço com base no art. 1.026 do CPC.

Transitada em julgado sem recurso, encaminhem-se os autos ao setor recursal competente, em face do recurso de apelação da Defensoria Pública (Id 64629368).

P. R. I. Cumpra-se.

Limoeiro do Norte, datado(a) e assinado(a) digitalmente.

**JOÃO GABRIEL AMANSO DA CONCEIÇÃO**



**Juiz Substituto**

